

MOVIMENTO SINDICAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS¹

Cesar Sanson

1 Introdução

O presente artigo pretende contribuir com a reflexão sobre o futuro do movimento sindical, tendo como referência de análise o caso brasileiro.

Por se tratar de assunto de intenso debate, o texto, até mesmo por sua brevidade, não tem a pretensão de uma análise que dê conta da complexidade do tema. Trata-se de uma reflexão de caráter mais livre, resultado de leituras, entrevistas com pesquisadores da área e conversas com dirigentes sindicais.²

Tornou-se comum a interpretação que o movimento sindical brasileiro ao final da década de 1970 e na década posterior, 1980, encontrou o seu grande momento de afirmação e crescimento. Porém, nos anos 1990, e nesses agora que se iniciaram em 2000, teriam jogado o movimento sindical para a defensiva e o colocado em uma grande crise.

A origem dessa análise parte da interpretação que a grande novidade nos final dos anos 1970 no movimento sindical, o chamado “novo sindicalismo”, perdeu sua força de intervenção na sociedade. Portanto, o protagonismo exercido anteriormente teria entrado em declínio e ao sindicalismo de hoje um horizonte de ocaso lhe aguardaria.

A reflexão sobre os desafios e as perspectivas colocadas para o sindicalismo exposta neste artigo procura fugir de uma in-

1 O presente trabalho foi apresentado na Reunião Intermediária do GT-ANPOCS “Trabalho e Sindicato na Sociedade Contemporânea”, realizada na cidade de Curitiba nos dias 3, 4 a 5 de abril de 2006.

2 Foram realizadas entrevistas com os professores José Dari Krein e Marcio Pochmann, ambos professores do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisadores do GESIT; conversa com os dirigentes sindicais do Estado do Paraná: Elaine Rondella (Sindsaúde); Anselmo Ruoso (Sindipetro PR-SC); Roni Anderson (presidente da CUT-PR). Destacamos ainda a leitura de entrevistas realizadas com dirigentes sindicais pelos pesquisadores Maria Aparecida M. Bridi, Royemerson Penkal e pelas professoras doutoras Sílvia M. P. Araújo e Benilde L. Motin, do Núcleo de Pesquisa e Estudos Sindicais do Paraná (NUPESPAR), disponibilizadas a partir da metodologia de pesquisa compartilhada.

interpretação linear, ainda que correta e facilitadora para o seu entendimento, que demarca a história do sindicalismo brasileiro em grandes períodos: anarco-sindicalismo (início do século XX – 1930); sindicalismo de estado (1945-1964); novo sindicalismo (1978-1990); e crise do sindicalismo (1990-hoje).

Acreditamos que o parcelamento da história do movimento sindical pode atraí-lo a análise, levando a uma interpretação maniqueísta de que em alguns períodos o movimento sindical foi mais puro e combativo do que em outros.

É nosso propósito pensar os desafios para o movimento sindical como um produto das conjunturas temporais que levaram os sindicatos à diversificação de sua ação-reação. Nesta perspectiva, o itinerário que esse artigo procura percorrer é o de contextualizar a ação sindical correlata aos movimentos do capital e da política. A proposta de pensar e debater o futuro do movimento sindical se pretende a partir desse método de análise.

O texto toma como ponto de partida para a reflexão o novo sindicalismo, período considerado de afirmação do movimento sindical brasileiro. Considera ainda como referência para a análise o movimento sindical no campo da CUT.

2 Novo sindicalismo: a afirmação do sindicalismo brasileiro. Contexto e origem

A expressão “novo sindicalismo” surge como um contraponto ao pretensão sindicalismo praticado entre os anos 1945-1964, circunscrito pelo populismo, definido como um Sindicalismo de Estado e hegemônico na maior parte do seu tempo pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O “novo sindicalismo”, rompendo com o “velho sindicalismo”, surge com as greves da Cobrasma em Osasco (SP) e da Mannesmann em Contagem (MG), em 1968. Essas duas greves anunciavam que algo de novo acontecia no movimento sindical brasileiro.

O embrião do novo sindicalismo, portanto, surgia ali e seria retomado nas grandes greves do ABC no final dos anos 1970. As características do novo sindicalismo caracterizar-se-iam pelo trabalho de base, pela organização no local de trabalho, pela divisão de tarefas, pela democracia interna, pela ação direta e organizada, pela aspiração à liberdade sindical e o direito à greve e pela busca por um processo de conscientização dos trabalhadores, que se pretendia chegar a todos e não apenas aos “quadros” políticos e até mesmo pela sociedade de horizonte socialista.

Entretanto, a dicotomia entre o “novo” e o “velho” sindicalismo tem sido revista (SANTANA, 1998). Ambos, ao seu tempo e com seus métodos, foram portadores do trabalho de base, da construção de estruturas paralelas para fugir ao enquadramento autoritário da estrutura sindical, da construção de valores como

a solidariedade, a combatividade e espírito classista na perspectiva de um sindicalismo politizado com vistas à transformação social. Também ambos não teriam conseguido superar a estrutura sindical atrelado ao Estado (BOITO JR., 1991).

Logo, a idéia de que houve uma ruptura entre o sindicalismo pré-64 e o que emerge nos anos 1970 é questionada.

No meio sindical as práticas do 'novo sindicalismo', apesar dos avanços importantíssimos para o sindicalismo nacional, foram se demonstrando também limitada para as tarefas que se propunha e pelas quais criticava a ação dos militantes do passado. A alteração da estrutura sindical cedeu lugar a um certo acomodamento e coexistência. A organização nos locais de trabalho não se espalhou como o esperado, permanecendo uma experiência limitada. Com a mudança de contexto sociopolítico e econômico, o discurso radicalizado abriu espaço ao discurso da negociação. A própria greve que antes era colocada como fato sempre imediato na quebra da intransigência patronal, e que distanciaria o 'novo sindicalismo' do sindicalismo de colaboração de classe do pré-64, necessita agora, segundo algumas indicações, ser revista e repensada (SANTANA, 1998, p.15).

Na realidade, a afirmação do “novo sindicalismo” é contemporânea a dois fatos relevantes no país. O primeiro deles, a sua circunscrição no período que se denomina de redemocratização, do qual foi um ator importante. Esfolado que foi durante os anos de autoritarismo pós-64, o movimento sindical brasileiro recupera a sua capacidade de ação (RODRIGUES, 1991). O segundo deve-se à contemporaneidade ao desenvolvimento completamente formado do capital produtivo no país, simbolizado nas grandes montadoras automobilísticas. Tributárias da segunda Revolução Industrial, essas grandes unidades fabris incorporaram enormes contingentes de trabalhadores. Na ponta de lança do moderno capital brasileiro da época, engendrou-se a emergência do movimento operário, que explodiu nas greves do fim dos anos 1970.

O “novo sindicalismo” é o resultado tardio da opção econômica que o país formula nos anos 1930, a partir do modelo de industrialização via substituição de importações e de sua intensificação nos anos 1950. Nos anos 1950, Juscelino Kubitschek será o artífice em torno do qual se formula o modelo econômico desenvolvimentista associado ao capital transnacional. A fundamentação teórica do modelo é de que, apesar do acelerado processo de industrialização encetado por Vargas, o país ainda subsiste em uma realidade de subdesenvolvimento. Resultante dessa análise, três iniciativas demarcam o novo governo: o Plano de Metas, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a construção de Brasília. O que está implícito nessa decisão é de acelerar o desenvolvimento nacional.

O ousado programa formulado na divisa “50 anos em 5”, explicitado no Plano de Metas, é a pedra angular do novo governo. Subjacente a essa decisão, está a idéia de que o país não pode esperar 50 anos para se desenvolver, portanto, o que se demoraria 50 anos para se realizar que se faça em 5. O Plano de Metas mencionava cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados. Os setores que mais recursos receberam foram os de energia, de transportes e o das indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados.

A decisão pela tríade energia, transportes e indústrias de base tem como objetivo a atração da indústria automobilística, produto da análise de que o modelo de país desenvolvido a ser perseguido é o Estados Unidos, resultado, entre outros fatores, de seu moderno parque industrial, particularmente do automobilístico, responsável por uma grande cadeia produtiva.

A síntese da formulação é de que a vinda das montadoras ao país aportariam tecnologia de ponta, algo de que não dispúnhamos, e desencadearia um rápido crescimento econômico – a idéia dos “50 anos em 5”. A chegada do capital transnacional – as montadoras –, associada ao modelo de concepção desenvolvimentista, acelerou o crescimento das indústrias de base, que foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961. A economia, nesse período, cresceu em média 8,2% ao ano.

A concentração do parque automobilístico, na região do ABC paulista, engendrará e maturará a classe operária brasileira – um operariado de perfil jovem e migrante. Porém, a tardia reação do movimento sindical à exploração do moderno capital produtivo é consequência do regime autoritário.

Em 1964, numa contra-reação ao movimento social brasileiro, que incluía o movimento sindical, setores do capital nacional e transnacional articularam e apoiaram o golpe militar sob a escusa do perigo do comunismo.

No poder, os militares não irão alterar o modelo nacional desenvolvimentista associado ao capital transnacional. Defendem a concepção de que não é possível haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico. Para isso, irão defender políticas e iniciativas que dêem conta da infra-estrutura de integração territorial.

O golpe de 1964 desenvolve a matriz da necessidade de um Estado de Segurança Nacional, daí o conceito de “guerra interna” que será promovido pelos militares. A partir dessa concepção de que é preciso combater o inimigo interno, logo após o golpe inicia-se a operação limpeza. Estima-se que 50 mil pessoas foram presas nos primeiros meses após o golpe. Uma das primeiras iniciativas dos militares no poder foi a intervenção nos sindicatos. Em 1964, havia 7 confederações, 107 federações,

1948 sindicatos. Sofreram intervenção 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações.

Porém, apesar do cerceamento de liberdade, “o movimento sindical será beneficiado pela estrutura sindical corporativista que não foi desmontada pelos militares” (RODRIGUES, 1991, p.13).

As lutas sociais (movimentos específicos, setores progressistas da Igreja), política (MDB) e sindical, de meados dos anos 1970 a meados dos anos 1980, apressarão a distensão do regime militar. As grandes greves do ABC, motivadas pela recuperação salarial e contra as distorções dos cálculos do custo de vida, sinalizam para o fim da ditadura e o porvir da efervescência do movimento sindical nos anos 1980.

Na década de 1980, o arranjo institucional político em substituição às eleições diretas enfrenta sucessivas crises. Percebe-se uma desarticulação das forças políticas nacionais. Ao mesmo tempo, o modelo desenvolvimentista apresenta sinais de esgotamento, e o país entra em um processo de estagnação econômica, associada à espiral inflacionária. É a chamada década perdida sob a perspectiva econômica. Porém, é a década dos trabalhadores, represados que estavam durante os anos do autoritarismo e embalado pelas lutas sociais.

São os anos das grandes greves, das oposições sindicais, da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). São os anos da Assembléia Nacional Constituinte e dos avanços das bandeiras de luta do Sindicatos inscritas na Constituição. O movimento sindical afirma-se como um agente importante no cenário nacional e várias de suas lideranças se inscrevem no mundo da política. Esse dado é particularmente importante, pois em nossa análise, que faremos posteriormente, a ida de sindicalistas para a esfera político-partidária arrefecerá os ímpetus reivindicativos do movimento sindical.

Portanto, em nossa análise, o “novo sindicalismo” é resultado da opção do modelo econômico adotada pelo país ainda nos anos 1930 e intensificado a partir dos anos 1950, que possibilitou a consolidação de um importante parque industrial e engendrou em seu interior uma forte classe operária.

Esse modelo foi favorecido por uma conjuntura internacional conhecida como os anos dourados do capitalismo pós-guerra, explicitado pelo chamado círculo virtuoso do fordismo, ao associar produção de massa com um mercado de consumo de massa, no qual a relação capital e trabalho com a intermediação do Estado possibilitaram o que se conheceu como o período do pleno emprego.

Entretanto, é no mesmo cenário de vértice do movimento sindical brasileiro que se encasula uma bomba de efeito retardado que atingirá em cheio as lutas sindicais: a reestruturação produtiva.

3 O capital mundial em mutação chega ao sindicalismo brasileiro

No mesmo período dos anos 1980, em que o movimento sindical brasileiro encontra a sua afirmação, a realidade do mundo do trabalho passa por um processo de rápida e radical mudança, resultante da nova dinâmica econômica internacional. Ainda na década de 1980, expressões anteriormente desconhecidas, como desregulamentação, flexibilização e terceirização se incorporaram definitivamente à agenda do mundo do trabalho. A manifestação mais notória dessa substancial mudança se evidencia no que comumente se passa a denominar de precarização do trabalho. Outra manifestação da percepção de que as coisas mudaram é a crise do emprego, com as altas taxas de desemprego.

Os anos 1980 são, portanto, portadores de uma revolução mundial do capital que altera o modo produtivo tributário da segunda Revolução Industrial e que em um curto prazo lançará o movimento sindical em certa crise.

A nova ordem econômica internacional confere à sociedade e, particularmente ao capitalismo, uma nova dinâmica. O “novo” capitalismo nos anos 1980 se distingue pelo fortalecimento do capital frente ao Estado, manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; na erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o “contrato” do bem-estar social; na concorrência econômica global, acompanhada pela descentralização das empresas com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; na formação de blocos econômicos; no papel – e lugar – da política que sofre um processo de fragilização e na profunda reestruturação do mundo do trabalho (CASTELLS, 1999). Temos ainda, do ponto de vista cultural, uma redefinição do papel das instituições.

Trata-se de uma profunda reviravolta, ou ainda, se quisermos usar uma expressão cara a Polanyi (2000),³ de uma “grande transformação”. Na realidade do trabalho, já nos anos 1980 encontramos-nos diante de uma combinação explosiva: o desemprego em massa e o surgimento da flexibilização das relações de trabalho, que atingirá duramente o movimento sindical.

3 Karl Polanyi, ao contrário de Marx, para quem a economia ocupa lugar central e serve de infra-estrutura para interpretar o conjunto da sociedade, propõe desmistificar o papel central da economia que se autonomizou do conjunto da sociedade, se tornou “auto-regulável”, pretendendo tudo dominar. A “Grande Transformação” que se processou no capitalismo foi a capacidade desse em antropologizar a sociedade a partir da economia de mercado e de todos passarem a utilizá-la como referencial teórico.

3.1 *O fenômeno novo dos anos 1980 e 1990: a flexibilização das relações de trabalho*

A flexibilização das relações de trabalho, que se inaugura nos anos 1980, caracteriza-se por três aspectos. O primeiro diz respeito à desintegração do mercado de trabalho. O segundo aspecto é a crise do chamado processo de produção padronizado e a irrupção do processo de produção flexível. Finalmente, um último aspecto da flexibilização do trabalho está vinculado ao que se denomina de desregulamentação do aparelho normativo das leis que sustentavam um determinado “tipo de organização do trabalho”. Estes três fatores interagem entre si e, numa sinergia, alteram a realidade do mundo do trabalho. As mudanças de vulto configuram “uma nova questão social” (SANTANA & RAMALHO, 2003) e “novas institucionalidades” (ARAÚJO, 2004) para o sindicalismo, ou seja, novos desafios emergem dessa realidade.

Acerca da desintegração do mercado de trabalho, as análises são díspares, porém há um consenso de que as mudanças do capital produtivo provocaram uma queda acentuada no emprego industrial o que levou inclusive a quedas nas taxas de sindicalização (RODRIGUES, 1999). Um exemplo clássico é o da estrutura ocupacional da indústria automobilística. No caso brasileiro, as montadoras empregavam, nos anos 1960, 50 mil trabalhadores para uma produção média de 200 mil autoveículos. Em 2000, empregavam 90 mil trabalhadores para uma produção de 1,69 milhão de autoveículos. Nos anos 1960, a média era de 4 trabalhadores para cada autoveículo produzido. Em 2000, essa média caiu para 1,8 trabalhador por autoveículo.⁴

Por outro lado, é coincidente a análise que as mudanças, principalmente advindas da revolução tecnológica, provocaram uma mudança na natureza da classe operária, fragmentando-a com a decisão da empresa em focalizar sua produção afim e terceirizar os demais processos produtivos.

Alguns autores avançam para a análise de que a mudança radical do novo modo produtivo estaria levando ao fim do assalariamento. Na análise de Gorz (2004), ao contrário do modo produtivo da Revolução Industrial, que incorporou maciçamente a mão-de-obra, o novo modo produtivo vem eliminando postos de trabalho. Segundo ele, hoje não se requer mais o trabalho de todas as pessoas e se pode produzir mais em menos tempo, com menos trabalho. De acordo com Gorz (2004), estamos diante de um novo sistema que se instaura e que abole massivamente o trabalho. Este novo sistema, segundo ele, restaura as piores formas de dominação, servidão e exploração, constringendo a todos a se baterem contra todos para obter o trabalho que ele abo-

liu. Porém, outros autores, entre eles Castells (1999), contestam essa tese, afirmando que se, por um lado, a revolução tecnológica suprimiu determinados ofícios, por outro, criou outros na esteira das oportunidades da sociedade informacional.

De qualquer forma, há uma leitura em comum que percebe o mundo do trabalho de hoje dividido entre os integrados – os trabalhadores estáveis, em número cada vez mais reduzido –; os semi-integrados – trabalhadores em situação de “risco”, aqueles que trabalham precariamente de forma intermitente –; e os desempregados, trabalhadores que estão fora da sociedade salarial, estão no mercado informal, fora da rede de proteção social (CASTEL, 1994).

Essa realidade não estava presente na conjuntura dos anos 1970, porém emerge com força nos anos 1980. No caso brasileiro, houve uma forte alteração da estrutura ocupacional que se consolida nos anos 1990 (BALTAR, 2003).

Entre as mudanças em curso promovidas pelo capitalismo na transição de século – o segundo aspecto –, está a inflexão do novo modo produtivo em alterar o padrão tecnológico e organizacional conhecido. A revolução tecnológica ou informacional (CASTELLS, 1999; LOJKINE, 1995), com suas máquinas-ferramentas informacionais, os equipamentos de informática assistidos pela microeletrônica, a exemplo dos robôs, máquinas CNC, sistemas flexíveis de transporte, CAD/CAM e controladores lógicos, alteram o chão-de-fábrica, ubiqüando todo o processo produtivo. Criam-se redes de produção, onde toda a cadeia produtiva interage.

Com a introdução das novas tecnologias da informação (NTI), ganha-se em aumento significativo da produtividade, na agilidade de alteração do *mix* produtivo, na capacidade de alta flexibilidade para responder às demandas do mercado e na drástica redução de postos de trabalho.

Destaque-se que, paradoxalmente, a introdução de tecnologias, ao contrário do que sempre se imaginou, vem contribuindo para aumentar o ritmo do trabalho e não diminuí-lo. O antigo sonho de que as máquinas informacionais tornariam o trabalho humano menos fatigoso e possibilitariam jornadas de trabalho mais reduzidas não se realizou. Pelo contrário, nunca se trabalhou tanto e de forma tão intensa. O fenômeno a ser averiguado hoje não é o sobretrabalho, existente desde a Revolução Industrial, mas a intensificação do trabalho. Nas grandes plantas industriais da moderna indústria automobilística, trabalha-se num ritmo cada vez mais veloz. A dinâmica do trabalho é dada pelas novas máquina-ferramentas informacionais, que ditam os movimentos sincronizados, coreografados e repetitivos. Em tempos de toyotismo, o ritmo de trabalho é neotaylorista em ambientes de trabalho assépticos.

Por outro lado, não é apenas o padrão tecnológico que muda. Altera-se, também, o padrão organizacional das empresas. Assim como a Revolução Industrial teve seu mito mobilizador, o taylorismo-fordismo, o novo mito mobilizador da revolução informacional é o toyotismo – ou, ainda, ohnismo (LOJKINE, 1999).

Este novo mito mobilizador diz respeito a um paradigma organizacional caracterizado pela gestão flexível. Basicamente, o padrão organizacional anterior à revolução tecnológica envolvia o modelo clássico de organização do trabalho taylorista-fordista. Nesse modelo, a produção fabril se realiza em série, através da linha de montagem. Havia rigidez e especialização no processo produtivo, com clara separação entre a gerência e a execução (verticalização). A produção é em massa, uniforme e padronizada. Verifica-se uma grande porosidade no trabalho, com grandes estoques e o controle de qualidade separado da produção.

O novo modelo de gestão do trabalho, incrementado pela revolução tecnológica, é o de inspiração toyotista. Nesse modelo, a produção é flexível, não há estoques. A organização do trabalho é dirigida pelo princípio *Just-in-time*.⁵ Prima-se pela qualidade total, pela integração gerência-execução (horizontal), pelo trabalho em equipe, pela redução da porosidade no trabalho, e o controle de qualidade está integrado ao processo de trabalho (CORIAT, 1994; HARVEY, 1992; TENÓRIO, 2000; LEITE, 1994; SALERNO, 1993).

O novo padrão organizacional é ainda portador de uma novidade: a busca pelo engajamento da subjetividade operária (ALVES, 2000; SILVA, 2004). Agora, já não basta um trabalhador convencional que cumpra apenas sua jornada de trabalho e ponto final. O que se exige é um trabalhador que “vista a camisa” da empresa, que a incorpore em sua vida e a ela dedique o melhor de suas energias, físicas e intelectuais. Requer-se um trabalhador que se transforme em um colaborador, que se dispa da sua primariedade de mão-de-obra servil e sinta-se sócio, no qual a sua *performance* individual é vital para o grupo.

A lógica do novo modo produtivo pede, portanto, um trabalhador criativo, opinativo e participativo. Pede o seu engajamento. A essência consiste em subtrair do trabalhador o que ele tem de melhor. O novo mundo do trabalho “mobiliza todas as faculdades que caracterizam a nossa espécie: Linguagem, pensamento abstrato, disposição à aprendizagem, plasticidade, hábito de não ter hábitos sólidos” (VIRNO, 2005, p. 7).

5 O *Just in Time* foi desenvolvido por Taiichi Ohno, um engenheiro da Toyota nos anos 1950. Ohno desenvolve um projeto de fluxo de produção “sem abalos”. Um sistema em que o próprio trabalhador buscaria suas peças no posto de trabalho, em oposição ao princípio fordista, em que o trabalhador aguarda as peças que lhe vêm no começo da cadeia produtiva.

Finalmente, o terceiro aspecto, o da desregulamentação, com forte incidência nos anos 1990, virá no sentido de mudar o sistema de relações de trabalho e fragilizar os mecanismos de negociação dos sindicatos. Mudanças são realizadas no arcabouço institucional das relações de trabalho: na alocação do trabalho – o trabalho por tempo determinado, denúncia da convenção 158 da OIT, trabalho temporário, trabalho estágio; na flexibilização da remuneração – PLR; e na flexibilização do tempo de trabalho – banco de horas (KREIN, 2003). Observa-se, nos anos 1990, o fortalecimento do sujeito empregador em detrimento ao coletivo dos trabalhadores, aumentando a tendência de regulação em torno da esfera privada e subtraindo o papel do agente público, do Estado.

A intensidade com que se operou a desregulamentação do contrato social erigido no período Vargas, em tão curto espaço de tempo, e a desestruturação da sociedade salarial brasileira e suas conseqüências geraram a expressão “brasilianização” (BECK, 2000)⁶ do mundo do trabalho.

No caso brasileiro, o processo de reestruturação produtiva, resultado da conseqüência da nova dinâmica internacional do capitalismo, é intensificado, sobretudo, pela decisão do Brasil em adotar, ao final dos anos 1980 e decisivamente nos anos 1990, a busca irrefreável pela inserção na economia internacional.

A vitória de Collor em 1989 é a vitória do modelo que sugere a inserção competitiva no mercado internacional, modelo esse que será intensificado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Os dois mandatos de FHC (1994-2002) aprofundaram as orientações do “Consenso de Washington”: acirramento das privatizações, abertura econômica, ajuste fiscal e ataque a legislação social. A adoção do modelo neoliberal resultou sob a perspectiva política e econômica numa ‘revolução silenciosa’ que transformou a sociedade brasileira nos últimos anos (NEUTZLING, 1996).

Nos anos FHC, processou-se a mutação do chamado “Estado empresário” para o “Estado regulador” como condição para o crescimento econômico e para que o país pudesse se inserir de forma competitiva junto ao mercado internacional (KANDIR, 1998). Os anos 1990, conhecidos como a Era FHC, resultaram na retirada do Estado do setor produtivo, mediante um programa de privatização de suas empresas, na desregulamentação da economia, na revisão do sistema previdenciário, no fim das restrições ao capital estrangeiro, na revisão das normas de propriedade industrial (lei das patentes), na mudança da CLT (para que

6 Expressão do sociólogo alemão Ulrich Beck, que afirma que “o futuro do trabalho na Europa pode ser estudado no Brasil”. A expressão se encontra no seu livro *Il Lavoro nell'epoca della fine del lavoro, Tramonto delle sicurezze e nuovo impegno civile*. Torino: Einaudi, 2000.

esta pudesse assimilar as práticas de flexibilização nos contratos coletivos de trabalho).

Resumindo, a onda neoliberal no Brasil pregava que a conquista da “modernidade” para o país dependia de um duplo desafio: a sua inserção de modo competitivo na economia mundial e a incorporação da grande massa da população na sociedade e no mercado. O fato é que, passados dez anos desse modelo, a economia não cresceu – a média do PIB nos anos 1990 ficou em 2,3% –, e o desemprego aumentou. Vários autores analisam essa opção brasileira e suas conseqüências (FIORI, 2001; OLIVEIRA F., 1998; BENJAMIN, 1998).

Por outro lado, a adoção do modelo econômico de inserção competitiva no mercado internacional exigirá o enfrentamento às forças que o rejeitam. Assim como em 1964, o movimento sindical brasileiro constituir-se-á em uma das forças importantes de resistência ao novo modelo. A greve dos petroleiros de 1995 é emblemática, porque nela manifesta-se a tensão mais aguda do que se estava em jogo naquele momento. De um lado, a decisão peremptória do governo em não ceder à lógica do seu modelo. Do outro lado, os trabalhadores, que não aceitavam perdas salariais resultante da lógica adotada pela nova política fiscal e monetária.

4 1990. Sindicalismo em crise?

A reestruturação produtiva iniciada nos anos 1980 e consolidada nos anos 1990, com contribuição da opção econômica e política feita pelo país, como vimos anteriormente, atinge duramente o movimento sindical. De forma resumida, pode-se afirmar que, nos anos 1990, o cenário é muito desfavorável ao movimento sindical. A realidade do trabalho conspira contra os sindicatos.

Nos anos 1990, percebe-se uma queda brutal do número de greves e a pulverização e fragilização da ação sindical. Na resposta à crise, nos anos 1990 ganha força a idéia do “sindicato cidadão” (FERRAZ, 2005; OLIVEIRA, R., 2002). A concepção implica um sindicalismo que, para além de procurar superar o corporativismo de categoria, tenha a preocupação de interagir com outras forças sociais. Essa tendência já se verifica com a Constituição de 1988, quando foi ampliada de forma significativa a ação sindical em espaços públicos.

O sindicalismo adquire um perfil cada vez mais institucional e, de outro, uma nova institucionalidade passa a prever espaços de participação com certa abertura às organizações da sociedade, na forma de conselhos, comissões, fóruns. O resultado tem sido uma ampliação significativa da representação sindical no plano institucional. Através de tais espaços, busca influir em políticas públicas sociais, de de-

envolvimento, industriais etc., inclusive no sentido de procurar complementar e/ou compensar as perdas ocasionadas pela reestruturação produtiva e políticas neoliberais (Oliveira, R., 2002, p. 50).

Durante os anos 1990, foram contabilizados inúmeros fóruns com participação institucional dos sindicatos. Marcio Pochmann (2005) lista mais de quarenta.

O sindicalismo brasileiro, diante das novas situações e desafios, mas também diante de oportunidades, incorpora novas temáticas à sua agenda. Está em processo a redefinição do papel do sindicato. Se, antes, sua vida girava em torno das negociações de data-base, dos reajustes salariais e das greves massivas de categoria, nos anos 1990, ao mesmo tempo em que perde poder de mobilização e representação, assume uma nova agenda, que envolve questões como “desemprego, participação nos lucros e resultados, remuneração variável, produtividade, flexibilização das normas reguladoras das relações capital-trabalho, reestruturação das empresas e dos setores, reforma do Estado, privatização, redução e flexibilização da jornada de trabalho, abertura da economia, integração regional, questões de gênero, trabalho infantil, entre outras” (Pochmann et al. 1998 *apud* Oliveira, R., 2002, p. 56).

Ao mesmo tempo, outros temas são incorporados à agenda sindical, como questões relacionadas à saúde, educação, transporte, habitação, previdência.

Segundo Oliveira (2002), o discurso da CUT sugere a necessidade de readequação do seu projeto às novas condições do mundo do trabalho: “o movimento sindical, para enfrentar estes novos desafios, precisa desenvolver e adaptar suas bandeiras, modificar a sua organização, encontrar novas formas de luta e renovar a sua atuação sob pena de não dar respostas satisfatórias para o conjunto dos trabalhadores” (*apud* Oliveira, R., 2002, p. 33).

Dentre as iniciativas, nessa perspectiva, se inscreve a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) por parte da CUT. Segundo Ferraz (2005), a ADS surge na medida em que as trajetórias individuais dos trabalhadores passam por mudanças radicais. Nesse momento, quando “o mercado formal de trabalho começa a expulsar trabalhadores, o quadro de inclusão via cidadania salarial perde sua potencialidade política” (Ferraz, 2005).

O saldo dos anos 1990 permite a leitura de que a ação sindical acabou sendo balizada por uma agenda imposta: reforma do Estado, privatização do setor produtivo estatal, reorientação das políticas sociais, adoção de medidas de flexibilização das relações de trabalho e de desregulamentação do mercado de trabalho. Por outro lado, questões já suscitadas nos anos 1980 continuaram sem resolução: a dificuldade de estruturação do sindicato no interior dos locais de trabalho, a superação do sindicato de “porta de fábrica”, o processo de acomodamento das li-

deranças no sindicato oficial, a dependência das taxas compulsórias, a dificuldade das centrais em coordenar os seus sindicatos em ações unitárias, a proliferação de sindicatos de categorias diferenciadas resultando grande fragmentação.

Percebe-se, ainda, que os traços gerais da velha estrutura corporativa continuaram intactos. Perpassa ainda o conjunto do movimento sindical a ausência da construção de um projeto alternativo para o país.

Porém, mesmo assim, o chamado movimento sindical de caráter contestatória, que tem as suas raízes nos final dos anos 1970 e durante os anos 1980, continua aglutinado até o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, a partir de dois elementos unificadores: a oposição ao neoliberalismo e a construção de uma candidatura operária, forjada no seio do movimento sindical.

5 Anos 2000: Novos desafios para o movimento sindical

Os anos 2000 trazem a novidade da eleição de Lula. A eleição de Lula é uma aposta feita pelo movimento sindical desde o final da década de 1980. A construção do programa do Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo das duas últimas décadas, recebeu decisiva contribuição do movimento sindical. Como representante de origem sindicalista, a expectativa era a de que a eleição de Lula alterasse a agenda política e econômica e favorecesse os trabalhadores. Paradoxalmente, o governo Lula será o responsável pelo racha daqueles que se uniram em torno do novo sindicalismo. Parte dele, descontente com as iniciativas do governo, particularmente a reforma previdenciária, passa a se articular em torno da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

A vitória de Lula – nas primeiras eleições brasileiras após a década neoliberal, em 27 de outubro de 2002 – foi saudada como a possibilidade de uma “refundação do Brasil”, o início de uma “Nova Era”⁷ e “uma reação ao Consenso de Washington”.⁸

7 As afirmações são do sociólogo Francisco Oliveira, feitas logo após as eleições. A expressão remete ao fato de que tivemos nos país duas “Eras” importantes: a “Era Vargas” e a “Era FHC”. Esses dois períodos da vida nacional foram distintos em função dos modelos econômicos aplicados. Chama-se “Era Vargas” o conjunto das políticas econômicas e sociais com forte participação do Estado introduzidas no País a partir de 1930, que marcaram de maneira decisiva o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira. A “Era Vargas” se inicia em 1930 quando Getúlio chega ao poder. Enquanto para alguns ela se encerra em 1954, com a morte do presidente, para outros ela findou em 1964, com o golpe militar. Para outros, ainda, ela não teria acabado ou estaria em sua fase terminal a partir das políticas neoliberais introduzidas por Collor a partir de 1990 e reafirmadas com vigor pelos dois mandatos sucessivos de FHC, que inaugurou a “Era FHC”.

8 A afirmação é do historiador inglês Eric Hobsbawm em entrevista para *O Globo*, em 13-11-02.

A chegada de Lula ao poder foi vista mundo afora, particularmente na América Latina, com enorme expectativa em função do que representou o PT no cenário político latino-americano – a representação da longa caminhada feita pelos movimentos sociais (sindical e popular) –, e, principalmente, em função da possibilidade de se trilhar outros caminhos à ortodoxia neoliberal.

Lula assume pressionado pelas regras do jogo do mercado, por um lado, e, por outro, pela enorme expectativa das demandas sociais reprimidas durante décadas. Opta pela manutenção da macroeconomia do governo anterior, tendo como pilares a disciplina fiscal e monetária.

A guinada do PT surpreendeu a muitos e dividiu o movimento social. O movimento sindical, particularmente a CUT, manteve uma postura de apoio ao governo Lula. O momento de maior tensionamento ocorreu por ocasião da votação da reforma previdenciária. A CUT se posicionou contra a reforma e apoiou a greve dos servidores. Porém, houve uma forte tensão interna que culminou no início de uma divisão. Entidades dos servidores acusaram a direção da Central de fazer “corpo mole” e de não ter se empenhado na luta contra a reforma.

O discurso da CUT torna-se ambíguo. Fala na necessidade de mudança do modelo econômico, mas, ao mesmo tempo, tem sido fiadora do modelo, à medida que abdicou de uma pressão maior. O seu ex-presidente torna-se Ministro do Trabalho. Destaque-se ainda que vários dirigentes da CUT assumem postos-chaves no governo, entre eles vários ministérios.

Setores que romperam com CUT acusam-na de ter se transformado em uma entidade “chapa-branca”, preferindo apoiar o governo a defender os trabalhadores. O fato é que a unidade existente nos anos 1990 em torno da oposição ao neoliberalismo e de construção de uma candidatura operária rompeu-se. Outro fator de divisão interna foi a reforma sindical, embora as correntes majoritárias da CUT, após intensas negociações, tenham chegado a acordos.

O que vislumbrava-se – a partir da eleição de Lula – como a possibilidade de reposicionamento e fortalecimento da agenda sindical não se realizou.

6 O futuro do movimento sindical

O itinerário percorrido até aqui revela que o movimento sindical inicia este novo século fragilizado, distante do papel que desempenhou ao longo do século XX.

A fragilização é oriunda de dois movimentos. Por um lado, pela radical mudança do capitalismo que reordena o aparelho reprodutivo. Por outro lado, por uma nova lógica política que, subserviente ao capital financeiro e produtivo, contribui com medidas de desregulamentação das relações de trabalho.

O sindicato, na opinião de Martins Rodrigues (1999), é uma instituição em declínio. A nossa interpretação é a de que o movimento sindical se encontra num daqueles momentos da história de grandes dificuldades e tudo indica que terá que se reinventar.

A partir da análise exposta, do diálogo travado com pesquisadores do movimento sindical e com dirigentes sindicais, destacamos aqui o que consideramos alguns desafios e perspectivas para o movimento sindical brasileiro,⁹ sem a pretensão de dar respostas a essas mesmas questões, uma vez que esse não é o propósito desse trabalho.

6.1 Desafios para o movimento sindical

6.1.1 Universalização das bandeiras x segmentação

Parece evidente que, cada vez mais, é exigido ao movimento sindical a capacidade de construir bandeiras universais que apresentem respostas às questões suscitadas pelo capitalismo global. O problema reside no fato que esse mesmo capitalismo global desagrega e segmenta os trabalhadores, tornando-os ainda mais heterogêneos. Logo, há uma fragmentação da classe trabalhadora. São muitos os que vivem do trabalho (ANTUNES, 2000). O problema é como abrigá-los debaixo das mesmas bandeiras. A bandeira do pleno emprego foi sepultada, e é cada vez mais reduzido o número de trabalhadores que estão inscritos no mercado formal do trabalho. No caso brasileiro, dos 84 milhões de ocupados, 37% não têm contrato formal.

A carteira de trabalho – outrora símbolo de inclusão social – tornou-se um documento social anacrônico, pois não cumpre mais a sua “promessa” de inclusão. E mesmo os trabalhadores formais encontram-se em uma estrutura ocupacional que os desagrega. O que vale para um trabalhador do setor de ponta da moderna indústria transnacional não vale necessariamente para um assalariado do emprego doméstico. Aqui, reside o desafio de como, ao mesmo tempo, apresentar bandeiras que sejam universais ao conjunto da classe trabalhadora e atendam as especificidades de uma realidade do trabalho cada vez mais fragmentada.

6.1.2 Encontrar pontos de identidade comum entre a atual classe trabalhadora

Seguindo o raciocínio anterior, o desafio é de como encontrar pontos de identidade que sejam similares ao conjunto dos trabalhadores. O novo modo produtivo divide os trabalhadores até mesmo sob o mesmo teto – muitos são terceirizados – e não os divide apenas do ponto de vista de tarefas diferenciadas: divi-

9 A reflexão que segue é fruto sobretudo de conversas com o professor José Dari Krein, do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CESIT.

de-os em ganho salarial, divide-os na forma de se vestir, divide-os nos benefícios que recebem e, sobretudo, divide-os em sua representação sindical. Como superar essas divisões?

A atual estrutura sindical não dá mais conta da atual realidade do trabalho. Mesmo a reforma sindical é tímida nesta perspectiva. Tampouco se conquistou, ainda, no Brasil a possibilidade de um Contrato Coletivo de Trabalho, que pudesse servir como patamar mínimo para determinados ramos de atividades.

6.1.3 Diminuição do fosso entre incluídos e excluídos

A perversidade maior da nova lógica do capital está em tornar cada vez mais assimétrica a relação entre os próprios trabalhadores. Temos os integrados, os semi-integrados e os excluídos. A questão posta aqui é como fazê-los que se sintam pertencentes a uma mesma classe social. Os padrões de consumo tornam-se distantes, as possibilidades de acesso a bens de cultura idem. Quem está numa situação satisfatória não precisa mais do outro.

Por sua vez, o que se encontra na exclusão social perde rapidamente os referenciais societários de pertença à sociedade. Como lidar com uma situação dessas? O movimento sindical não tem resposta para esse problema, apesar de nos últimos anos procurar respostas em torno da economia solidária.

É possível e desejável a construção de uma sociedade futura onde conviveriam trabalhadores sob dois estatutos diferenciados, como formula Ferraz (2005)? Um ainda ancorado sobre a cidadania salarial, e o outro descolado dessa realidade e ancorado na construção de um trabalhador referenciado na produção cooperativa e de autogestão?

6.1.4 Abarcar segmentos não representados

Com a desestruturação da sociedade salarial, são milhares os trabalhadores que se encontram em atividades sem representação classista clara, como *motoboys*, vendedores ambulantes, trabalhadores dos amplos setores em expansão da informalidade. Como representá-los? Quem pode representá-los e com quem se negocia a sua possível pauta de problemas no trabalho, uma vez que não há um empregador definido? São questões que permanecem insolúveis.

6.1.5 Unificação de entidades: enfrentar a pulverização

É evidente que vivenciamos uma realidade de pulverização da representação sindical. O Brasil nunca passou pela experiência da contratação coletiva. O grande guarda-chuva de proteção aos trabalhadores continua sendo a CLT. O desafio é de como diminuir essa fragmentação para ganhar em força de representação. O movimento sindical apresentou proposta de redução do número de entidades, da instituição do Contrato Coletivo de Tra-

balho. Porém, essas propostas ainda encontram resistências em muitas entidades que vêem seu poder local esvaziado, o seu *status* de dirigente atingido.

6.1.6 Construção de um referencial alternativo de desenvolvimento socioeconômico

O movimento sindical, sobretudo o de caráter contestatório, nos últimos anos tem perdido a sua capacidade de ousar na elaboração teórica que formule referenciais alternativos de um programa socioeconômico e político para o país. A ida de muitos sindicalistas para o governo produziu um esvaziamento ainda maior na possibilidade de elaboração teórica, ainda mais porque o movimento sindical perde rapidamente sua autonomia e atrela-se ao programa do partido no poder em questão.

6.1.7 Enraizamento da ação sindical

Historicamente, uma das grandes bandeiras de luta do movimento sindical é o direito pela organização no local do trabalho. O que se conquistou nesta perspectiva foi ainda muito pouco. A possibilidade de representação por comissões de fábricas é exceção à regra geral. Tampouco, o capital demonstra sinais de ceder nesse ponto. A reforma sindical procura avançar nessa demanda, porém dificilmente se conseguirá avanços significativos. Permanece um desafio, sem o qual jamais o movimento sindical terá força de que precisa – o enraizamento no chão-de-fábrica.

6.1.8 Reverter a atual hegemonia flexibilizadora

Como sair da defensiva imposta pela agenda flexibilizadora da nova realidade do trabalho? A luta tem sido pelo resguardo aos direitos conquistados, mas mesmo assim, nos últimos anos, mecanismos, como a PLR, têm substituído muitas vezes até a reposição salarial. Tampouco, os trabalhadores têm conseguido negociar em pé de igualdade o processo da reestruturação produtiva.

6.1.9 Enfrentar as mudanças no mundo do trabalho. A questão da subjetividade

O movimento sindical está desorientado com o grau de intensidade e celeridade com que as mudanças ocorreram e continuam acontecendo no mundo do trabalho. As frentes de ataque pela lógica do capital são muitas: flexibilização, deslocalização de plantas industriais, reforma da legislação trabalhista, novo padrão organizacional e tecnológico. No curto prazo, as perspectivas de alternativas à avassaladora agressividade do capital ainda não se revelaram.

Outra questão nova para o movimento sindical é o fato que os laços de solidariedade construídos pelos trabalhadores e tra-

balhadores ao longo de muito tempo estão se desfazendo. A nova configuração do mundo do trabalho está originando um novo tipo de trabalhador e de trabalhadora. A marca dessa nova subjetividade, da nova cultura que aos poucos se impõe, é a do individualismo.

A saída para a ascensão profissional, a fuga ao desemprego e a garantia de espaço no mercado de trabalho são tarefas individuais. No feroz mundo do trabalho de hoje, embora o discurso seja o do “time”, do “trabalho em equipe”, a prática revela que cada um tem de se virar por conta própria. A cultura de solidariedade, do compromisso e do companheirismo, cede lugar ao descompromisso. Os sindicatos cada vez menos exercem o poder de referência, e a empresa toma o seu lugar.

O tempo da gratuidade, muitas vezes vividos junto aos colegas de trabalho, agora precisa ser ocupado com mais trabalho, ou com o incessante aperfeiçoamento profissional. É comum que, aos finais de semana, a centralidade do tempo seja ocupada com o trabalho e o descanso se torne uma continuidade do trabalho cotidiano. A todo o momento, todos e todas são impelidos e convocados a performances da qualidade total, da competência, da excelência profissional. Qualquer deslize provoca uma auto-cobrança. A sutileza reside em que não é mais a Organização que cobra, mas o próprio trabalhador que se auto-flagela e pune-se com suas fragilidades. A perfeição é a meta e o objetivo.

A perspectiva da compensação do descanso, depois de uma vida de trabalho, também se afasta cada vez mais. Afinal, como chegar lá em uma situação de trabalho sempre e cada vez mais intermitente? Assim, sofre-se porque já não é possível manter sempre uma atividade profissional ininterrupta, garantidora do merecido descanso futuro.

A vida de trabalho se faz então aos solavancos, de incertezas e angústias. E, nesse redemoinho, as referências de outrora cultivada vão se esvaindo. A subjetividade construída ao longo dos últimos dois séculos, o modo de ser trabalhador, passa por uma mudança significativa: de uma sociabilidade pública para uma sociabilidade privada. Inverte-se a forma de conceber o trabalho, relacionar-se com ele e com os outros trabalhadores. Aqui, reside mais um desafio para o movimento sindical, o de compreender o significado da emergência dessa subjetividade.

6.2 *As perspectivas*

6.2.1 **Apenas uma crise ou declínio?**

O movimento sindical é uma instituição em declínio? A sociedade do trabalho que rompe com o fordismo ainda necessita de sua mediação? O sindicalismo, ao que tudo indica, não irá desaparecer; entretanto, encontra-se em crise (RODRIGUES, 1999, p.

301). Na medida em que o sujeito classe operária fragiliza-se, enfraquecem-se os sindicatos. O papel que desempenhou no período posterior à Revolução Industrial, equilibrando e opondo-se à agressividade do capital, já não consegue reproduzir, porque mudou a forma desse mesmo capital se organizar. Precisa o movimento sindical mudar para adaptar-se à nova realidade e sobreviver ou resistir e lutar para alterar a nova ordem econômica internacional? Mas, nesse caso, isso é possível ou apenas uma utopia?

6.2.2 A internacionalização do movimento sindical.

Utopia ou possibilidade em curso

A novidade do último quarto do século XX foi a formação de um capital mundial que, por um lado, tornou-se independente da base produtiva, o capital financeiro e, por outro lado, na esteira da revolução tecnológica concentra-se cada vez mais. O capital produtivo assiste à formação de cartéis e conglomerados globais que dominam mercados, monopolizam tecnologias e aumentam suas escalas de produção. Todos os recursos para otimizar e aumentar a produtividade tem sido utilizados: terceirização, deslocalização de fábricas, maquiladoras.

O resultado é o enfraquecimento da organização dos trabalhadores, dos sindicatos. Diante da dinâmica do capital global, Beynon (2003) pergunta se o sindicalismo tem futuro no século XXI. Para ele, os elementos de repressão em curso contra o mundo do trabalho manifestam-se através de três agentes: as corporações multinacionais, as agências internacionais – com destaque para o papel do FMI – e o redirecionamento dos Estados-Nação, que se tornam subservientes à economia de mercado.

Na avaliação de Beynon, entretanto, o movimento sindical começa a dar respostas aos efeitos devastadores do capital global e indica algumas articulações e reações em curso. Cita como exemplos, entre outras, iniciativas dos trabalhadores da indústria automobilística mundial. Cita, ainda, que outra resposta seria a percepção que o movimento sindical está tendo da necessidade de se aproximar do movimento social para articular respostas conjuntas.

A interpretação de Beynon é que há possibilidades de um futuro alternativo para o sindicalismo e olha com otimismo para os países do hemisfério sul.

Um elemento destacado nas conversas com dirigentes sindicais é o fenômeno dos trabalhadores migrantes. Esses trabalhadores, que correm toda a sorte de risco para chegarem aos países desenvolvidos e conseguirem um espaço no mercado de trabalho desestabilizam a lógica dos Estados-Nação controlados pelo capital, provocam perplexidade no conjunto da sociedade e passam a exigir uma posição da ação sindical. O fenôme-

no da migração pode ser o estopim da exigência de novas formas de organização sindical.

6.2.3 Articulação com outros movimentos sociais

A partir da reflexão anterior, uma alternativa para o movimento sindical enfrentar a crise seria a de buscar uma articulação com outras forças sociais que contestam a nova ordem econômica internacional. A nossa leitura é menos otimista que a de Beynon.

Uma breve análise da história do movimento sindical brasileiro revela que o mesmo está distante dessa possibilidade. Não há uma cultura do sindicalismo brasileiro em juntar-se ou mesmo fortalecer iniciativas do movimento social. Uma explicação poderia ser o seu caráter corporativo. Particularmente, essa dificuldade manifesta-se no Fórum da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), embora a CUT participe formalmente desse espaço de articulação, não reproduz em suas ações as deliberações coletivas ou quando reproduz incorpora pouquíssimas de suas entidades.

Outra demonstração reveladora da dificuldade do movimento sindical em se articular com os movimentos sociais foi o acontecimento do Fórum Social Mundial (FSM) quando de sua primeira edição no Brasil. Na oportunidade, o movimento sindical não assimilou o “espírito” do Fórum. O movimento sindical não apostou na idéia de um espaço mundial de articulação de lutas desde o seu início. Começou, efetivamente, a participar a partir da 2ª edição, quando percebeu a força galvanizadora do FSM.

Destaque-se que o sindicalismo brasileiro teve, sim, junto com os outros movimentos sociais uma participação decisiva na construção do Partido dos Trabalhadores (PT). No processo de construção desse partido, os sindicalistas estiveram ao lado de militantes de outros movimentos. Porém, o que os uniu em determinado momento os separa hoje.

O movimento social brasileiro, em sua parcela majoritária, é crítica aos rumos do governo Lula. O mesmo não acontece com o movimento sindical. A CUT hoje se perfila ao lado e na defesa do governo. O seu ex-presidente inclusive tornou-se Ministro do Trabalho, e muitos dirigentes sindicais tornaram-se também ministros ou ocupam cargos de confiança no governo. Neste momento, ao menos, fica ainda mais difícil uma articulação do movimento sindical com o movimento social.

6.2.4 Menos instituição e mais movimento

Considerando-se a crise do sindicato, instituição criada em determinado período da história para responder a determinados desafios que hoje já não conseguem solucionar as mudanças

que se processam no capitalismo e defender os seus associados, não estaria no momento de repensar sua organização?

Uma possibilidade seria o movimento sindical tornar-se menos institucional e mais movimento, a fim de ampliar a sua interlocução e representação. O desafio aqui seria como realizar essa metamorfose, uma vez que se trata de uma estrutura corporativa criada para representar trabalhadores assalariados com contrato formal de trabalho e ainda segmentados em categorias.

A proposta de um sindicalismo com características de movimento exigiria uma ruptura com o corporativismo, algo pouco presente na cultura sindical. Mais do que uma proposta, essa idéia aparece como uma intuição que poderia sacudir o processo de burocratização e amofinamento das entidades sindicais e reposicionar a sua presença na sociedade.

Hoje, no Brasil e na América Latina, há vários movimentos sociais de expressão: o MST brasileiro, o movimento zapatista no México, o movimento dos piqueteiros na Argentina, somado ao movimento indígena nos países da América Central e Andina. Esses movimentos poderiam constituir-se em interlocutores interessantes para o movimento sindical. Do ponto de vista da formação política, elaboração teórica e mobilização, são movimentos mais ativos que o movimento sindical.

Há, ainda, a questão da formação política. No caso brasileiro, a CUT praticamente abandonou uma política de formação contínua. As escolas de formação da CUT (Cajamar, 07 de outubro, Escola Sul) estão ociosas. Já não cumprem um programa de formação regular. Em contrapartida o movimento social, nos últimos anos, tem criado uma série de iniciativas na área da formação, assim como tem pautado uma agenda nacional unitária de lutas. Porém, o movimento sindical interage muito pouco com os outros movimentos. Na opinião de alguns dirigentes, reside aí uma possibilidade de enorme potencial que pode ser mais explorada.

6.2.5 Construção de nova hegemonia ético político no mundo da reprodução social e não da empresa: enfrentar as contradições insuportáveis do cotidiano

A proposta explicitada aqui é a de aprofundar e radicalizar a idéia do sindicato cidadão. Considerando-se que o raio da ação sindical encontra-se cada vez mais reduzido se ficar preso à relação trabalho-capital, o que se propõe é a orientação de ações para o mundo da reprodução social e não ficar preso apenas à esfera da empresa que reproduz a lógica capital.

A intuição é de como ter ganhos para os trabalhadores na esfera pública – a esfera da reprodução social. Trata-se de aprofundar a ação sindical sobre o poder público, nos fóruns estatais e tripartites. Revelar para o conjunto da sociedade que o movimento sindical não se orienta pelo corporativismo, mas preocu-

pa-se e age para que o conjunto dos cidadãos, principalmente os menos favorecidos, sejam beneficiados por sua ação e propostas que defende.

A construção de uma outra identidade junto à sociedade, que não apenas a corporativa, poderia fortalecer a instituição sindical e torná-la um interlocutor do conjunto dos trabalhadores.

7 Considerações finais

Não há dúvidas que o movimento sindical brasileiro – a situação mundial não é diferente – enfrenta enormes dificuldades em reagir à nova dinâmica do capital. Os sindicatos estão acuada-dos e com margem estreita de respostas diante da enormidade de desafios. Sua base diminui, fragmenta-se e a heterogeneidade aumenta. Flexibilizam-se conquistas. Mesmo um governo aliado, do qual várias lideranças sindicais fazem parte, não tem sido capaz de alterar a agenda do mundo do trabalho numa perspectiva mais favorável aos trabalhadores.

Poderíamos, então, afirmar que o movimento sindical afasta-se do protagonismo que exerceu em outros momentos da história brasileira e caminha para um segundo plano, tornando-se uma força social menor e secundária, longe do campo onde se decidem as grandes batalhas.

Ao menos, até o momento, nada permite que a sentença anterior seja verdadeira e definitiva. O movimento sindical brasileiro continua sendo um “sujeito político” forte e importante no cenário socioeconômico e político do país. Porém, é notório que, para milhares de trabalhadores e trabalhadoras que vivem à margem do mercado formal de trabalho, o movimento sindical pouco lhes diz ou oferece.

A possibilidade da maior ou menor intervenção na sociedade brasileira, por parte do movimento sindical, será resultado de sua capacidade de compreensão das questões de fundo que alteraram profundamente o mundo do trabalho e das opções que tomar para responder a esses desafios.

Bibliografia

ALVES, Giovanni Alves. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Sílvia Maria P. *Novas institucionalidades e ação dos metalúrgicos na indústria automobilística no Paraná*. In: Workshop Indústria automobilística: Trabalho e território. Curitiba, 11 e 12 de novembro de 2004.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990*. In: WEISHAUPT, Marcelo; HENRIQUE, Wilnês

(Org). *Trabalho, mercado e sociedade*. O Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003.

BEYNON, Huw. *O sindicalismo tem futuro no século XXI?* In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

BENJAMIN, César (Org). *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1998.

BOITO JR., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Unicamp, 1991.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CORLAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/Revan, 1994.

ESTANQUE, Elísio et al. *Mudanças no trabalho e ação sindical*. São Paulo: Cortez, 2005.

FERRAZ, Marcos. *Da cidadania salarial à agência de desenvolvimento solidário: o Sindicalismo-CUT e os desafios para inventar uma nova cidadania*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2005.

FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Coleção Zero à Esquerda, 1997.

GORZ, André. *Misérias do presente. Riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

KANDIR, Antônio. *O caminho do desenvolvimento: Do Brasil hiperinflacionário ao Brasil competitivo e solidário*. São Paulo: Atlas, 1998.

KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90*. Tese (Mestrado) - Instituto de Economia, UNICAMP, 2001.

_____. *Balanço da reforma trabalhista no governo FHC*. In: WEISHAUP, Marcelo; HENRIQUE, Wilnês (org). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Unesp, 2003.

LEITE, Márcia Paula. *O futuro do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1994.

LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

NEUTZLING, Inácio. Elementos para Análise de Conjuntura. A grande transformação socioeconômica do capitalismo no final do século XX. Algumas Características. In: *Convergência*, Rio de Janeiro, n. 293, jun. 1996. p. 635-646.

OLIVEIRA, Francisco. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Vêras. *Sindicalismo e democracia no Brasil: atualizações. Do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2002.

- POCHMANN, Marcio. *Desafios atuais do sindicalismo brasileiro*. In: TOLEDO, Enrique de la Garza (org). *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: FLACSO, 2005.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. São Paulo: Campus, 2000.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra. 1991.
- _____. *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp, 1999.
- SALERNO, Mário Sérgio. Reestruturação produtiva e sindicatos. In: Encontro Anual da Anpocs, 17, Caxambu, 1993.
- SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. In: XXII Encontro Anual da Anpocs. GT: Trabalhadores, Sindicalismo e Política – Caxambu, 27 a 31 de Outubro de 1998. In: site <http://www.sindicalismo.pessoal.bridg.com.br>.
- SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. *Além da fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SILVA, Leonardo Mello. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- TENÓRIO, Fernando G. *Flexibilização organizacional*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- VIRNO, Paolo. O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso. In: *IHU On-Line*, São Leopoldo, 2005, ano 4, n. 161, p. 4-10.



Cesar Sanson (1961) é natural de Curitiba/PR. Possui graduação em Filosofia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-PR), especialização em Economia do Trabalho, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e mestrado na área da Sociologia do Trabalho, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é pesquisador do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba, e doutorando em Sociologia do Trabalho no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Algumas publicações do autor

SANSON, Cesar. A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida. *Cadernos IHU Idéias – Unisinos*. São Leopoldo (RS), n. 60, 2006.

SANSON, Cesar. *O mundo do trabalho e os desafios para o movimento sindical*. In: Congresso da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Paraná, 2007, Itapoá – SC. CD, 2007.

SANSON, Cesar. *A nova subjetividade operária nas relações de trabalho pós-fordistas*. In: Simpósio Internacional – O futuro da autonomia. Uma sociedade de indivíduos?, 2007, Universidade do Vale dos Rios dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS.